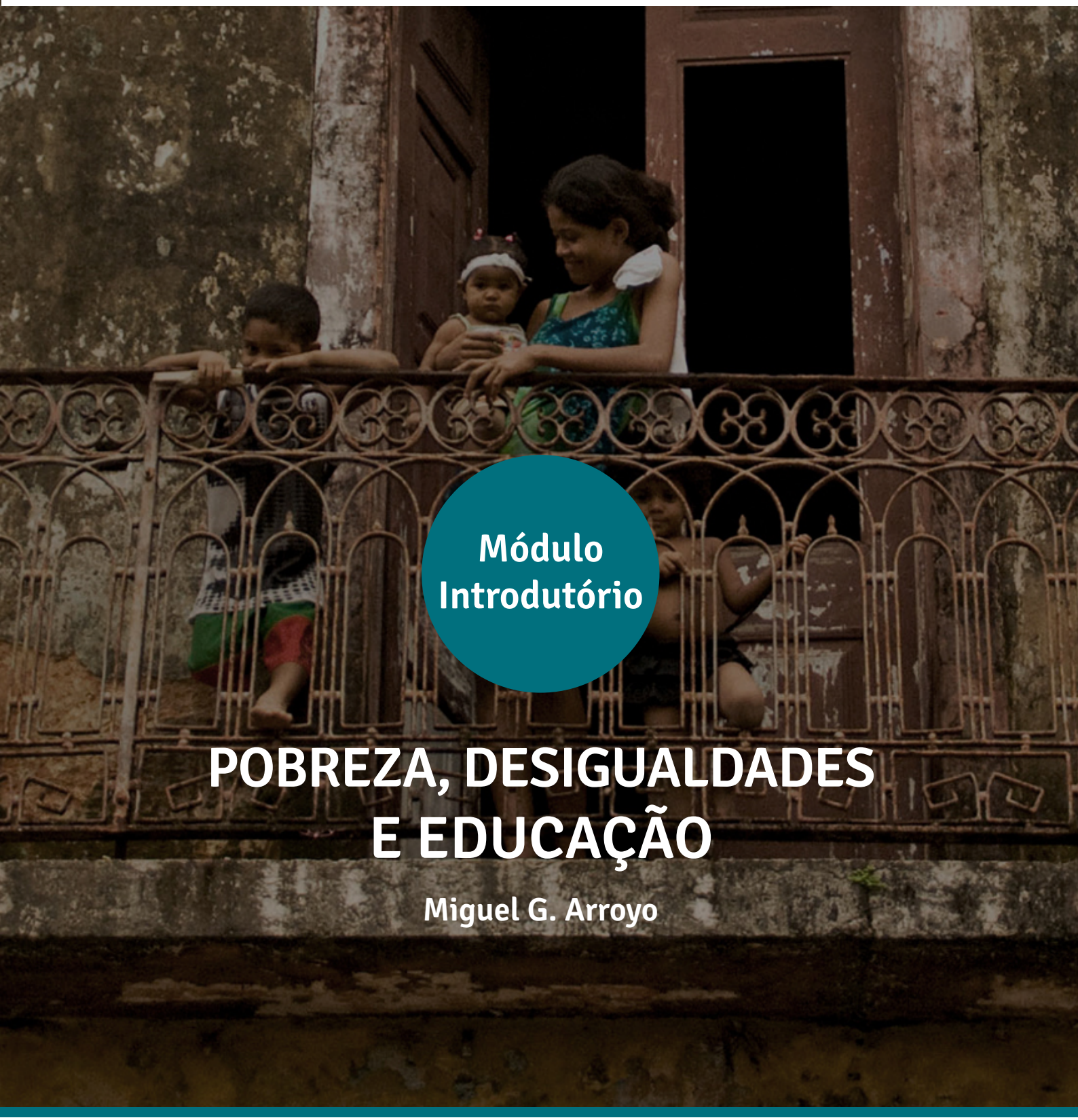
Curso de Especialização
Educação, Pobreza e Desigualdade Social



Módulo Introdutório

POBREZA, DESIGUALDADES E EDUCAÇÃO

Miguel G. Arroyo

Educação, Pobreza e Desigualdade Social

SECADI Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

Ministério da Educação

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Retirantes, um dos painéis da série de mesmo nome, de Cândido Portinari (1994).

“Aí Fabiano baixou a pancada e amunhecou. Bem, bem. Não era preciso barulho não. Se havia dito palavra à-toa, pedia desculpa. Era bruto, não fora ensinado. Atrevimento não tinha, conhecia o seu lugar. Um cabra. Ia lá puxar questão com gente rica? Bruto, sim senhor, mas sabia respeitar os homens. Devia ser ignorância da mulher, provavelmente devia ser ignorância da mulher. Até estranhara as contas dela. Enfim, como não sabia ler (um bruto, sim senhor), acreditara na sua velha. Mas pedia desculpa e jurava não cair noutra.

O amo abrandou, e Fabiano saiu de costas, o chapéu varrendo o tijolo. Na porta, virando-se, enganchou as rosetas das esporas, afastou-se tropeçando, os sapatões de couro cru batendo no chão como cascos.”

Trecho de *Vidas Secas,* de Graciliano Ramos (2008).

Sumário

Orientações.....4

1. Reconhecer que a pobreza e as desigualdades existem.....6

2. A pobreza, uma questão moral?.....9

Pobres porque desqualificados para o trabalho.....11

3. A produção social da pobreza.....13

A pobreza, questão política.....15

4. Pobreza e reprodução dos diversos em desiguais.....16

Os pobres, a parte da humanidade a ser humanizada?.....18

[1] **Saiba Mais - Vivências da pobreza**.....22

[2] **Saiba Mais - Visões moralistas sobre a pobreza**.....22

[3] **Saiba Mais - Mentalidades "primitivas" e "evoluídas" em relação ao trabalho**.....23

[4] **Saiba Mais - O Conceito de Outro**.....24

[5] **Saiba Mais - Qual trabalho para quem?**.....25

[6] **Saiba Mais - Decretados inferiores**.....27

[7] **Saiba Mais - Civilização e educação**.....28

[8] **Saiba Mais - Indicações de leitura - Os Condenados da Terra e Pedagogia do Oprimido**.....30

Referências.....32

Equipe.....36

Orientações

Orientações sobre a versão para impressão dos materiais didáticos do curso

Cursista,

Esta é uma **versão de apoio em formato PDF para impressão** dos materiais didáticos do Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. Lembre-se de que o ideal é acessar os materiais em sua **versão *online,*** utilizando um computador, pois uma série de recursos didáticos criados especialmente para este curso – ou aproveitados de outras fontes de maneira didaticamente relevante, tais como vídeos e infográficos interativos – não pode ser visualizada na versão em PDF.

Sabemos que um dos empecilhos ao estudo a distância é a questão do acesso à rede mundial de computadores, de distribuição bastante desigual em nosso país. Para contornar esse problema, disponibilizamos, além da **versão para impressão** aqui apresentada, uma **versão *offline*** dos materiais didáticos do curso. É possível efetuar o *download* dessa versão de uma vez só, acessando o repositório do curso no seguinte endereço: <http://catalogo.egpbf.mec.gov.br/>. Assim, mesmo *offline*, você pode ter acesso a todos os recursos dos materiais, inclusive aos vídeos (com exceção das páginas externas ao curso).

Versão Online
(Prioritária)

Versão *Offline*
(Opcional)

Versão para impressão
(Apoio para leitura)

Portanto, dadas as diferentes possibilidades de acesso aos recursos didáticos, considere a **versão para impressão** como um material de apoio que, embora contenha o texto integral de cada módulo de estudos, não proporciona a mesma experiência multimídia para a qual esses materiais didáticos foram pensados. De qualquer forma, a **versão para impressão** inclui os endereços eletrônicos para os vídeos, e os recursos interativos podem ser acessados pelo repositório citado anteriormente. Os "saiba mais" estão destacados e numerados (ex: **vivências da pobreza**[1]) e podem ser lidos no final deste documento.

Esperamos que essa **versão para impressão** possa ser útil para aqueles que não têm acesso constante aos recursos tecnológicos necessários para a versão multimídia dos materiais didáticos. No entanto, recomendamos enfaticamente que seus estudos sejam realizados em computadores ou *tablets* com acesso à *internet,* para que todos os recursos da **versão online** multimídia estejam disponíveis.

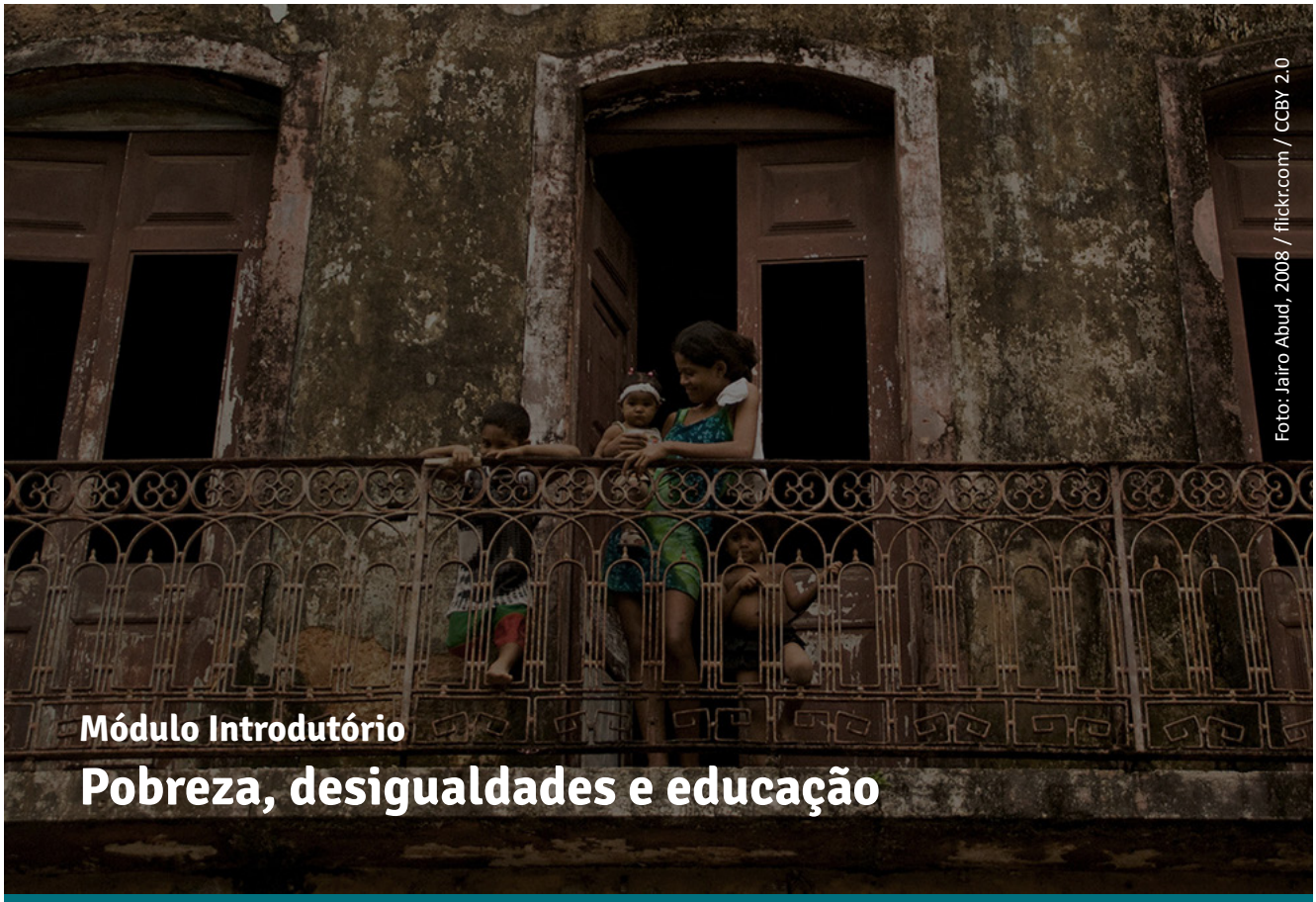


Foto: Jairo Abud, 2008 / flickr.com / CCBY 2.0

Módulo Introdutório

Pobreza, desigualdades e educação

Entendemos que um curso de especialização cujo foco seja as relações entre a pobreza, as desigualdades sociais e a educação precisa se iniciar pelo reconhecimento da existência das duas primeiras. É necessário perceber que a pobreza nos cerca: ela persiste dentro das escolas, nos noticiários e em diversos estudos sociais. Nas salas de aula, essa realidade fica evidenciada pelos corpos famintos e empobrecidos de milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas, as quais são, em muitos casos, igualmente pobres. Devido a tão significativa presença, essa questão se tornou objeto de políticas públicas, como programas de "erradicação da pobreza". Diante desse quadro, cabe a pergunta: de que forma nós, docentes e gestores(as) da educação, estamos implicados nesse contexto?

Essa indagação é justamente o que será perseguido e respondido no curso que ora apresentamos. Criaremos caminhos e possibilidades de reflexão e de ação, problematizando a temática da pobreza e das desigualdades sociais no contexto educacional, a fim de que se atinja, de forma ampla, o reconhecimento da situação de exclusão social. O curso pretende nos levar, como gestores(as), professores(as), educadores(as), em uma dupla direção: de um lado, entender a pobreza para repensar os currículos e as práticas educacionais; de outro, cultivar nossa sensibilidade para ouvir e incorporar, em nosso exercício profissional, as questões que ecoam das vivências da pobreza.

1. Reconhecer que a pobreza e as desigualdades existem

O que poderíamos fazer, como profissionais da educação básica, para trazermos reflexões sobre as relações entre educação, pobreza e desigualdade social para os nossos trabalhos? Por onde começar? Um primeiro passo, como mencionamos na abertura deste texto, é admitir que a pobreza e as desigualdades existem.

Mas, afinal, o que significa esse reconhecimento? Alguém duvida da existência da pobreza?

No vídeo a seguir, propomos um diálogo reflexivo acerca dessa temática, com o intuito de começar a delinear algumas nuances importantes e levantar algumas variáveis.

Vídeo - Reconhecer a existencia da pobreza:
https://www.youtube.com/watch?v=Uz0gJc7-WmU

Veja, então, que reconhecer a pobreza e as desigualdades, fundamentalmente, significa levar em conta que a existência persistente dos pobres nas escolas brasileiras traz reflexões importantes para as práticas pedagógicas e para a gestão educacional. Assim, é necessário não apenas saber que as escolas estão repletas de meninos e meninas pobres, mas, muito mais do que isso, é preciso também questionar quais exigências essas **vivências da pobreza**[1], da precariedade material extrema, demandam de nossas práticas.

Para que esse primeiro reconhecimento da pobreza ganhe alguma concretude, que tal explorar dados sobre riqueza e pobreza em diversas regiões no mundo e no Brasil? Navegue pelo infográfico.

Infográfico Interativo- Distribuição de riqueza e renda:
Acesse pelo material didático digital

Quando reconhecemos que a pobreza existe, que os pobres chegam às salas de aula - entre eles, estão 17 milhões de crianças e adolescentes participantes do Programa Bolsa Família, os quais frequentam cotidianamente a escola (Censo Escolar, 2013) - algumas perguntas se impõem: Como vemos a pobreza? Como enxergamos e pensamos esses milhões de crianças e adolescentes estudantes pobres? Como esses sujeitos são pensados pela sociedade, pela mídia e pelas políticas socioeducativas?

A postura mais comum é ver a pobreza como carência e, consequentemente, os pobres como carentes. Porém, de que forma esse desprovimento é, muitas vezes, entendido? Percebemos que, na pedagogia, frequentemente ele tem sido compreendido como escassez de espírito, de valores e, inclusive, incapacidade para o estudo e a aprendizagem. Contudo, sabemos que, ao invés disso, deve-se atentar para as privações materiais que impossibilitam uma vida digna e justa a esses sujeitos.

Podemos observar que a pedagogia e a docência tendem a considerar, sobretudo, supostas carências intelectuais e morais que os(as) estudantes pobres carregariam para as escolas. Essas são carências de conhecimentos, de valores, de hábitos de estudo, de disciplina, de moralidade. Desse modo, reforça-se uma concepção moralista sobre os pobres que se encontra há muito tempo em nossa cultura política e pedagógica: a pobreza moral dos pobres produzindo a sua pobreza material.

Levando isso em consideração, um importante estudo a ser feito ao longo deste curso diz respeito à compreensão sobre a visão que prevalece na cultura escolar, pedagógica e docente. Devemos nos perguntar se essa **visão moralista**[2] persiste e, então, indagar-nos sobre o porquê de se reduzir a pobreza a uma questão moral, de valores, atitudes e hábitos.

Por que ignorar, secundarizar a visão da pobreza como carência material, carência das condições mais básicas para viver de forma justa e digna, como ser humano? Será que, como questiona Butler (2007), os corpos não importam? Esses corpos precarizados pela pobreza não interferem no processo educativo (ARROYO, 2012)? Diante dessas problematizações, por que a pedagogia e a docência resistem a dar a centralidade devida às bases materiais do viver, do pensar, do ser sujeito intelectual e moral?

Fotografia de Guilherme Pozzibon (2014).

Esses corpos precarizados e essas vidas precárias (BUTLER, 2006) provocam indagações capazes de desestruturar as teorias pedagógicas e a nossa ética profissional. Não dar a devida centralidade à pobreza, como elemento capaz de comprometer as bases materiais do viver humano, tem levado o pensamento social e pedagógico a desconsiderar, em grande medida, as carências materiais que chegam às escolas e a se preocupar prioritariamente com as consequências morais e intelectuais da pobreza.

O problema desse enfoque é que, se os pobres são vistos como carentes e inferiores em capacidades de atenção, esforço, aprendizagem e valores, acabam sendo responsabilizados por sua própria condição. São, desse modo, constantemente inferiorizados, reprovados e segregados, consequências da falta de atenção dada pela cultura política, pedagógica e docente às carências materiais, à fome e aos corpos precarizados.

A insensibilidade dessa visão reducionista, espiritualista e moralista sobre os pobres leva a pedagogia a ignorar os efeitos desumanizadores da vida na pobreza material, ou da falta de garantia de cobrir as necessidades básicas da vida como seres humanos.

Vídeo: Paulo Freire - In Memoriam
https://www.youtube.com/watch?v=kshN1mWJo5o

Paulo Freire e a crítica às visões fatalistas e reducionistas da ação humana

No vídeo, você poderá ouvir um pouco sobre a crítica do educador Paulo Freire às visões fatalistas e reducionistas que buscam explicar a ação e a condição humanas no mundo pela imobilidade e por uma suposta inexorabilidade. Para ele, a adaptação do ser humano não é um fim em si mesma, mas apenas um dos momentos para a sua inserção no mundo, para a possibilidade de mudança. Nessa reflexão, poderemos então perceber quanto um olhar que não prioriza os efeitos desumanizadores da vida na pobreza material, por vê-la como a condição natural de determinado grupo, decorre de uma visão estreita e fatalista, não aceita por educadores comprometidos com a “autonomia do oprimido”, nos termos paulofreirianos.

2. A pobreza, uma questão moral?

ORA! VOCÊ NÃO ENTENDE QUE SÃO POBRES PORQUE QUEREM? USE A CABEÇA, SUA TONTA, USE A CABEÇA!
MEU DEUS!
PENSE NOS BARRACOS ONDE ELES MORAM, NAQUELAS PORCARIAS DE MÓVEIS, NAS ROUPAS QUE ELES USAM!
VOCÊ NÃO PERCEBE QUE ALÉM DE GANHAREM POUCO AINDA TÊM A MANIA DE INVESTIR EM COISAS DE MÁ QUALIDADE, QUE ELES SEMPRE VÃO SER POBRES?!

Tirinha do cartunista argentino Quino, criador da Mafalda. QUINO.
Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

Enquanto não se dá a centralidade devida às carências materiais da pobreza, a tendência será reduzi-la a uma questão moral, à falta de valores, a **mentalidades primitivas em relação ao trabalho**[3]. Com base nessa visão, os pobres estariam desempregados porque seriam indolentes. É principalmente dessa forma que os pobres têm sido pensados em nossa cultura social: responsáveis por sua pobreza e desemprego.

Quando se imputa aos pobres a sua condição de pobreza e considera-se que são carentes de valores, passa-se a entrever apenas uma solução: educá-los nos valores do trabalho, da dedicação e da perseverança, desde a infância. Nesse contexto, a tarefa da escola diante de milhões de crianças e adolescentes na extrema pobreza seria de moralizá-los(as) nesses valores, que eles(elas) supostamente não recebem das famílias e dos coletivos empobrecidos. A escolarização, então, seria somente um antídoto contra a pobreza ao moralizar as infâncias e adolescências pobres.

A imagem dos pobres como ausentes de valores também é reforçada pela mídia, ao mostrar a pobreza associada à violência e a crimes como consumo e venda de drogas, furtos e roubos. Mesmo as políticas públicas e os programas socioeducativos podem, muitas vezes, carregar uma intenção corretiva e moralizadora, que apela para a educação moral em valores nas escolas. A pobreza, assim, acaba sendo vista somente pelo viés educacional, ficando mascarada toda a sua complexidade como questão social, política e econômica. Essas representações são uma forma irresponsável de jogar para as escolas e seus mestres a solução de um problema produzido nesses contextos sociais, políticos e econômicos, ou seja, muito além do ambiente escolar.

Vídeo - Romper com concepções de educação corretivas e moralizantes:
https://www.youtube.com/watch?v=1Aoivn9O6lM

De outro lado, é tarefa árdua para as escolas e seus gestores não se deixarem contaminar por essas representações sociais dos pobres. Difícil não ver crianças, adolescentes e jovens pobres como seres destituídos de valores, preguiçosos, sem dedicação ao estudo, indisciplinados e até violentos. As representações sociais pesam sobre as representações pedagógicas.

Sendo assim, é aconselhável dedicar dias de estudo e de oficinas para aprofundar a reflexão sobre como as escolas, os currículos e o material didático representam os(as) estudantes pobres, suas famílias e comunidades.

Sempre que predomina uma visão moralista dos graves problemas sociais, tende-se a apelar para programas socioeducativos, para as escolas e seus profissionais. Assim, uma pergunta obrigatória se coloca: por que as escolas não reagem, e continuam aceitando essa sublime missão de salvar os pobres? Podemos respondê-la da seguinte maneira: as formas de pensar a pobreza como questão moral não são apenas da sociedade, da mídia e dos programas socioeducativos, mas são também das escolas e da cultura pedagógica demasiadamente moralizantes.

A ênfase nessa interpretação moralista da pobreza traz consequências para a escolarização dos pobres. Isso ocorre porque os esforços escolares não priorizam garantir seu direito ao conhecimento, mas sua moralização. Logo, os estudantes pobres não receberão aprendizados sobre as ciências e tecnologias que possam vir a libertá-los do ciclo vicioso da pobreza, mas apenas lhes será dado o domínio de habilidades mais elementares de ciências e a alfabetização na idade determinada como "certa" pelo sistema educacional. Enquanto a pobreza for pensada como uma questão moral, os currículos para os pobres continuarão sendo pensados para moralizá-los, não para garantir o direito deles ao conhecimento, às ciências e às tecnologias. Serão currículos pobres de conhecimentos e repletos de bons conselhos morais de esforço, trabalho, dedicação e disciplina.

Vídeo - Repensar os Currículos
https://www.youtube.com/watch?v=LIv2NZDRuTg

Um entendimento inicial sobre currículo

Currículo aqui deve ser entendido, conforme as palavras de Moreira e Silva (1999, p.191) como o "conjunto de todas as experiências de conhecimento proporcionadas aos estudantes – que está no centro da atividade educacional. O currículo constitui o núcleo do processo institucionalizado de educação".

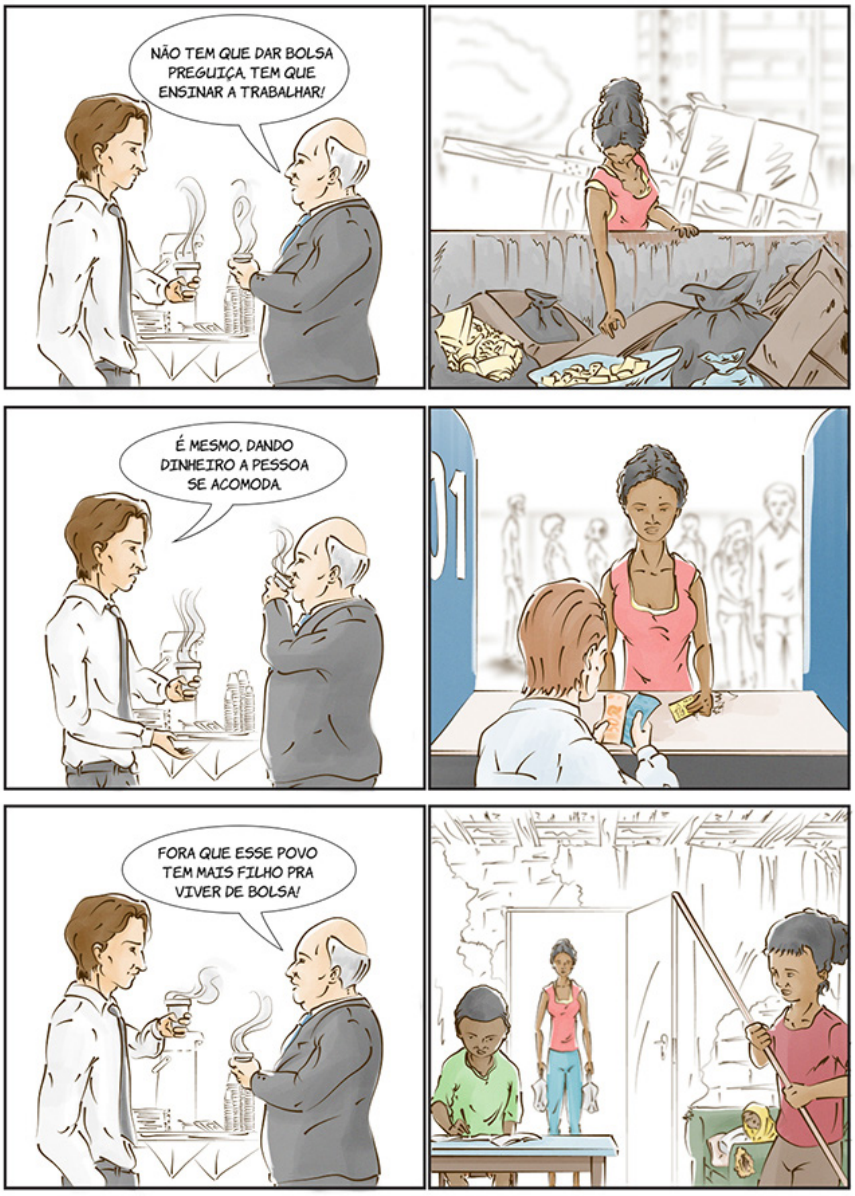
Em realidade, a caracterização dos pobres como inferiores em moralidade, cultura e civilização tem sido uma justificativa histórica para hierarquizar etnias, raças, locais de origem e, desse modo, alocá-los nas posições mais baixas da ordem social, econômica, política e cultural (ARROYO, 2013). A empreitada catequética-educativa colonizadora e até republicana se orienta nessa visão de inferioridade moral, cultural, civilizatória dos **Outros**[4] e no tratamento destes como inferiores, por serem diferentes. Persistem empreitadas antipedagógicas sempre que são pensados os pobres – crianças, adolescentes – como inferiores em valores e cultura.

Desse modo, há uma questão importante que merece atenção durante os estudos: quais são as consequências, para as políticas e teorias educacionais, para os currículos, para a função social da escola e da docência, da insistência sobre o pensamento nesse papel moralizador dos pobres, dos diferentes, dos Outros? Será fácil reconhecer que essa visão dos Outros como carentes de valores tem levado a um empobrecimento da função social da escola, da docência, das políticas e teorias educacionais. Avançar para visões menos moralistas dos educandos pobres será uma saída para elevar a função social das escolas públicas e dos seus profissionais.

Pobres porque desqualificados para o trabalho

Uma interpretação frequente da pobreza é aquela que afirma que as pessoas são pobres porque **seriam desqualificadas para o trabalho**[5] e para as exigências do mercado**.** Perpetua-se a ideia de que os pobres estão nessa condição por não trabalharem e, por sua vez, não encontram trabalho porque não teriam a qualificação e a competência exigidas pelo mercado, cada vez mais seletivo. Logo, acabam no desemprego, no subemprego, no biscate informal ou explorando de maneira tradicional e improdutiva a terra e os recursos que possuem. Partindo dessa visão de pobreza, é fácil apelar para a escola e sua função de qualificar, desde a infância, o domínio de competências que tornem os pobres empregáveis.

Críticas frequentes aos pobres sustentam que eles devem trabalhar – como se já não trabalhassem e fossem suficientemente explorados – e assim terão renda; que, se receberem renda de uma bolsa, irão se tornar ainda mais preguiçosos e não buscarão trabalho. Os programas e as políticas de combate à pobreza são condenados e entendidos como formas de manter os pobres na preguiça, de reproduzir sua rejeição ao trabalho e de mantê-los à margem do desenvolvimento.


NÃO TEM QUE DAR BOLSA PREGUIÇA, TEM QUE ENSINAR A TRABALHAR!
É MESMO, DANDO DINHEIRO A PESSOA SE ACOMODA.
FORA QUE ESSE POVO TEM MAIS FILHO PRA VIVER DE BOLSA!

Ao contrário do que uma visão preconceituosa pode sugerir, a condição de pobreza é geralmente acompanhada por uma vida de trabalho duro, muitas vezes insalubre e invisibilizado, embora fundamental para o funcionamento da sociedade.

Essa interpretação de que os pobres são pobres porque não querem trabalhar parte de uma visão ingênua acerca dos processos sociais, econômicos e das relações políticas que regem o desenvolvimento econômico e a apropriação da riqueza, da renda do trabalho, sua concentração e sua apropriação nas relações de classe.

O exercício necessário para quem trabalha com a pobreza e as desigualdades sociais é aprofundar-se na reflexão sobre esse padrão de desenvolvimento concentrador da renda do trabalho e produtor da pobreza e da renda mínima de tantas famílias trabalhadoras. Das escolas e de seus profissionais, espera-se uma postura crítica dessa relação entre escolarização dos pobres e empregabilidade. Afinal, não podemos atribuir à escolarização, isoladamente, a tarefa de solucionar a questão da pobreza, pois isso seria desconsiderar as complexidades do sistema capitalista e suas crises.

Além disso, há outro importante dado que merece ser pensado: a relação entre padrão de trabalho e produção das desigualdades sociais, raciais, de gênero. Esse padrão de concentração, apropriação e expropriação da renda é um modelo de trabalho que continua racista, sexista, empurrando ao desemprego e aos empregos mais precarizados os coletivos sociais, étnico-raciais, de gênero, das periferias e dos campos. Esse padrão racial e sexista de trabalho continua produzindo os milhões na pobreza extrema, cujos(as) filhos(as) estão no Programa Bolsa Família.

Nos cursos de formação pedagógica, de licenciatura e nas análises de políticas, é preciso dar maior centralidade ao entendimento sobre esse padrão racista e sexista de trabalho que é determinante na produção e reprodução da pobreza e das desigualdades.Em que trabalhos têm sido incorporados, ao longo de nossa história, os indígenas, os quilombolas, os negros, os camponeses, os ribeirinhos, as mulheres? Que participação esses grupos recebem da renda do trabalho? Por que essa persistente relação entre pobreza e desigualdades sociais, étnicas, raciais, de gênero? A escola tem capacidade de quebrar esse padrão segregador de trabalho por meio da escolarização de todos os pobres? Essas são questões que advêm da presença massiva dos pobres nas escolas e que exigem posturas críticas sobre a relação entre superação da pobreza e escolarização para a empregabilidade.

3. A produção social da pobreza

Interpretações reducionistas da pobreza e das desigualdades, como as citadas, terminam por ocultar o processo histórico de produção desses fenômenos e ignoram a questão social que os envolve. Aos pobres são negados os direitos sociais mais básicos, como alimentação, teto, renda e trabalho, os quais é atribuição do Estado garantir. Logo, o reconhecimento dessas condições deve conduzir à estruturação de políticas sociais – das quais o Programa Bolsa Família é um exemplo – e de programas que busquem transformar essa realidade, sem incorrer em medidas meramente assistencialistas ou moralizantes.

Há diversas críticas que rotulam de assistencialistas as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Contudo, se a vida é o primeiro direito do ser humano e garanti-la é o dever mais elementar do Estado, não pode ser considerado assistencialismo algo que efetive essa garantia. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família assume como inspiração política que o reconhecimento do direito à vida é um dever público, logo, a ser traduzido em políticas de Estado, como uma responsabilidade pública, para além do tradicional assistencialismo.

Diante disso, uma importante questão a ser debatida na educação é: por que as escolas e as teorias pedagógicas atentam tão pouco para esses processos de produção social da pobreza?

Por vezes, os programas contra a pobreza e pela garantia dos direitos sociais são vistos como desestímulo ao esforço de cada um, ao estudo e à capacitação. A cultura escolar e docente às vezes resiste a dialogar e a fortalecer essas políticas sociais, porque sua tendência é não ver os determinantes sociais, e sim privilegiar os valores e as atitudes de cada indivíduo como definidores de sua condição social. Com base em uma visão da sociedade reduzida a um somatório de indivíduos, a trajetória social é pensada pela lógica individualista escolar, ou seja, os que se esforçarem serão exitosos, e os preguiçosos serão fracassados.

Fotografia de Cristiano Oliveira (2009), que retrata o aglomerado Santa Lúcia, em Belo Horizonte-MG.

Porém, a presença de milhões de crianças e adolescentes extremamente pobres nas escolas nos obriga a superar essas visões tão limitadas – a do pobre como imoral e não qualificado para o trabalho. Para compreender esses sujeitos, é necessário dar maior centralidade às condições sociais e materiais de suas vivências e sobrevivências como seres humanos. Os percursos escolares trazem as marcas das trajetórias de vida, das condições sociais que lhes são dadas para produzir suas existências.

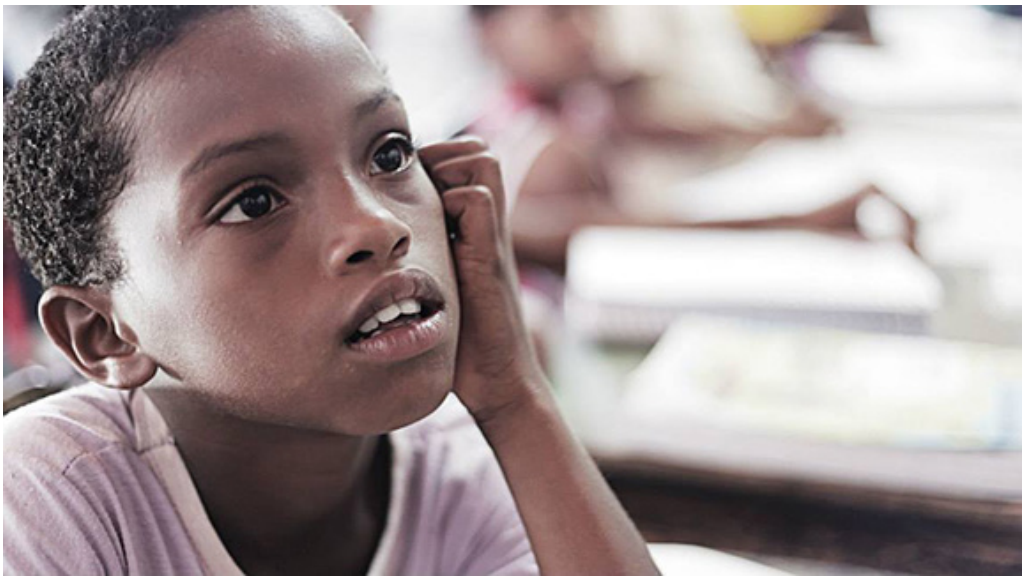
Condená-los a um sobreviver tão precarizado condiciona suas trajetórias como humanos, como sujeitos sociais e como estudantes. Sendo assim, o peso das condições sociais do viver e do sobreviver merece maior destaque nos cursos de formação inicial e continuada; merece maior atenção na avaliação dos educandos submetidos a condições que estão nos limites da sobrevivência.

A pobreza, questão política

À medida que superarmos visões moralizantes e individuais da produção da pobreza, estaremos abertos a reconhecer que a pobreza e as desigualdades sociais, raciais e de gênero estão associadas ao padrão de poder-dominação-subalternização vigente na sociedade. Certos coletivos sociais, raciais e de gênero se perpetuam concentrando o poder, a renda, a terra, a riqueza, o conhecimento, a justiça, a força, enquanto os coletivos pobres são mantidos como subalternos e marginais.

Os pobres são os sem-terra, sem-teto, sem-trabalho, sem-renda, sem-escola, sem-saúde, cujas vidas se encontram nos limites da sobrevivência. Desse modo, conforme avancemos em reconhecer a pobreza como uma questão social, passaremos a vê-la também como uma questão política, como um problema de Estado e, assim, exigir as políticas de Estado capazes de alterar essa realidade.

Os coletivos empobrecidos têm consciência de que sua condição histórica de pobreza é produzida pelo padrão político de poder-dominação-subalternização e, em suas ações coletivas e nos movimentos sociais, reagem a ele, organizando-se em ações políticas e exigindo respostas contra a pobreza e as desigualdades.



Fotografia de Guilherme Pozzibon (2014), tirada na comunidade quilombola "Negros do Riacho", em Currais Novos-RN.

Eles contestam os tradicionais enfoques dos pobres como carentes, atrasados, irracionais, preguiçosos, incompetentes e desqualificados para o trabalho e, dessa forma, questionam essas visões tão arraigadas na cultura escolar e pedagógica e nos reeducam para pensar a pobreza e as desigualdades como uma produção política, das injustas relações de poder.

Esses coletivos exigem a politização do olhar das escolas, das políticas educacionais e da cultura docente para avançar no reconhecimento de que os milhões de crianças e adolescentes que chegam às escolas condicionados pela pobreza extrema são vitimados pelo padrão de poder que se perpetua em nossas sociedades. Clamam, ainda, pelo reconhecimento dos significados políticos de suas ações e movimentos em lutas por terra, teto, trabalho, escola.

Os movimentos que emergem dessas demandas não lutam por programas distributivos, mas confrontam de forma mais direta a concentração do poder, a apropriação da terra, do solo, da renda, da justiça, do Estado. Posicionam-se também contra o sistema escolar segregador. Dos pobres e de seus movimentos vêm as pressões políticas mais radicais por justiça, igualdade e equidade.

4. Pobreza e reprodução dos diversos em desiguais

Quando nos atentamos aos processos sociais e políticos de produção da pobreza, somos obrigados a nos indagar sobre que coletivos são submetidos a ela. Em nossa história, percebemos que os grupos que diferem da raça, da etnia, do gênero e da classe dominantes são os Outros, alijados do acesso a direitos básicos. Perpetuar a situação de pobreza desses coletivos tem sido, ao longo de nossa história social e política, a forma mais brutal de fazê-los permanecer nessa condição de inferiores, oprimidos, em desigualdade de acesso aos direitos sociais, políticos e econômicos.

Essa é uma história que perdura desde a colonização. A produção dos pobres é articulada e reforçada com os processos sociais da produção dos diferentes como desiguais e inferiores. Nessa história social e política, isso se deu pela expropriação violenta de suas terras, seus territórios, suas culturas, suas memórias, suas histórias, suas identidades, suas línguas, sua visão de mundo e de si mesmos. Esses coletivos foram **decretados inferiores**[6] e mantidos à margem da produção intelectual, cultural e ética da humanidade (QUIJANO, 2005).

Os ninguéns

As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.
Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada.
Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos:
Que não são embora sejam.
Que não falam idiomas, falam dialetos.
Que não praticam religiões, praticam superstições.
Que não fazem arte, fazem artesanato.
Que não são seres humanos, são recursos humanos.
Que não têm cultura, têm folclore.
Que não têm cara, têm braços.
Que não têm nome, têm número.
Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local.
Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata.

Poema de Eduardo Galeano (2002).

Para compreender com profundidade o fenômeno da pobreza e da desigualdade social, é preciso dar importância, nos cursos de formação inicial e continuada, à discussão sobre os processos históricos de transformação dos "diferentes" – vistos do ponto de vista dos dominadores – em sujeitos inferiores, pobres, desprovidos de terra, teto, poder, renda, trabalho e escola. Da análise desse contexto , é possível chegar à constatação de que políticas e programas de combate à pobreza não surtirão grandes efeitos caso se limitem à distribuição de renda, de alimentação e até de escolarização, porque a conformação dos grupos diferentes em desiguais se dá em contínua relação política. Nesse sentido, é necessário que essas iniciativas sejam acompanhadas de políticas eficientes de combate às desigualdades e de reconhecimento positivo das diversidades sócio-étnico-raciais e de gênero.

A maneira de tratar os grupos diferentes e até mesmo o empreendimento colonizador, civilizador-educativo, era e continua sendo parte de uma relação política. Isso é tão verdadeiro que a civilização-educação é e foi pensada como uma relação colonialista e racial, cujo **paradigma é converter os subumanos em humanos**[7]. Toda a história de conflitos e precariedades da educação das comunidades pobres é influenciada por essas marcas e relações políticas de diferenciação desigual. Com relação ao lugar em que nós, profissionais da educação, estamos situados, será necessário, para avançar na compreensão dessas questões, ter uma postura crítica diante da história da educação, que está impregnada de representações e tratos inferiorizantes dos Outros.

Vídeo - Breve História da Educação no Brasil
https://www.youtube.com/watch?v=gG2CiaIMVOI

Se olharmos de perto para a história da educação no Brasil, observaremos claramente que o processo político de produção da desigualdade está assinalado desde o início. Como se caracterizava a educação na época do Brasil Colônia? A que processo de ''educação'' eram submetidos os índios? Em tempos de democratização, quem tinha o direito à educação? Como se deu a ampliação desse direito ao longo do tempo? Essas são questões que o vídeo *Breve história da educação no Brasil* resumidamente apresenta, fazendo um panorama sobre a história da educação no Brasil, desde quando era administrada pelos jesuítas, passando pelos processos de institucionalização do ensino, pelo regime militar,
até a transição democrática.
Percebemos, por meio dessa linha do tempo, a que serviu o processo de educação ao longo da história. Da doutrinação religiosa à formação restrita para o trabalho no despontar da Revolução Industrial, a educação mostrou ser sinônimo de produção de desigualdade, de exclusão política, social e cultural.

Os pobres, a parte da humanidade a ser humanizada?

Converter "subumanos" em humanos é uma de tantas formas de oprimir e submeter à miséria os coletivos diferentes. Esse processo pouco tem sensibilizado os estudos sobre o currículo nas sociedades pós-coloniais. Talvez isso ocorra porque, para levar em conta tais marcas e paradigmas que permeiam o currículo, teriam de superar a visão dos pobres, dos diferentes, como pertencentes àquela parte da humanidade que ainda não é humana, a parcela a ser humanizada e civilizada. Essa tem sido uma das formas mais radicais da produção das desigualdades e das representações dos pobres: desfavorecidos em humanidade, por isso pensados e alocados como primitivos, incultos, imprevidentes, irracionais, sem valores.

Pintura La romería de San Isidro (1823), de Francisco Goya, parte da série Pinturas Negras.

Esse modo de representação dos Outros tem marcado as concepções de sua educação. As políticas e programas de educação dos diferentes carregam essa inferiorização tão radical: por, supostamente, não terem atingido a humanidade em seu estado pleno, a tarefa passa a ser torná-los humanos. A pedagogia moderna está impregnada desse pensamento.

Na modernidade, a humanidade não se concebe sem uma subumanidade. "A negação de uma parte da humanidade é sacrificial à medida que constitui a condição para que a outra parte da humanidade se afirme enquanto universal" (SANTOS; MENEZES, 2009, p. 30-31). Dois pensadores anticolonização e antiopressão, **Frantz Fanon, em Os condenados da Terra, e Paulo Freire, em Pedagogia do Oprimido**[8], colocaram com lucidez esse tenso jogo entre a negação da humanidade aos colonizados e oprimidos para a outra parte da humanidade se afirmar universal.

Boaventura de Sousa Santos (2009) prossegue recordando que essa realidade é tão verdadeira hoje como era no período colonial. O pensamento moderno ocidental (poderíamos incluir o pensamento educacional e curricular) continua operando mediante linhas abissais que dividem e separam o mundo humano do subumano, de tal forma que os princípios de humanidade não são efetivados para todos. Isso fica evidente com as desumanizações sexuais, sociais, territoriais, étnicas e raciais, ou mesmo em forma de pobreza, violência, nova escravidão, trabalho e prostituição infantil etc.

No entanto, os relegados a essa condição reagem à divisão artificialmente criada, repudiando a ideia de um protótipo universal, alcançado por meio da educação, que delimita as fronteiras de humanidade. Ao questionar o pensamento moderno, a pedagogia moderna e sua divisão em humanos e subumanos, os grupos pobres organizados estão tocando no núcleo do pensamento pedagógico e curricular mais sensível, estão apontando a urgência de se reestruturar os currículos e o pensamento pedagógico, repensando a visão dos diversos como desiguais e inferiores, a serem promovidos à "maioridade" pela educação.

Está na hora de prosseguir no reconhecimento da relação entre currículo e diferenças sociais, étnicas, raciais, de gênero, de território. Como avançar? Tem-se progredido na perspectiva do reconhecimento da diversidade de representações, subjetividades, mentalidades, rituais e práticas simbólicas a serem incorporadas aos programas curriculares; porém, não podemos esquecer que a relação política de expropriação violenta das culturas fez e ainda faz parte das estruturas de poder, dominação e subordinação. Toda relação intercultural é política.

Os próprios grupos segregados repolitizam e ressignificam as confrontações e resistências no campo da diversidade cultural. Através dessa dinâmica, eles nos levam a refletir sobre como os processos de produção da diferença em desigualdade se materializam nas relações sociais e políticas: o modo como as culturas, os valores e as identidades coletivas desses grupos foram silenciados e segregados, inclusive nos currículos, e como os direitos a territórios, a terras e à produção da vida lhes foram negados.

Articular os currículos e as políticas educativas a políticas de diferenças supõe o reconhecimento dessas diversidades e, sobretudo, dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais que garantam a igualdade na diferença. Isso exige que os currículos se contraponham à transformação das diferenças em desigualdades, que ao menos o pensamento educacional e a lógica curricular não legitimem a negação aos diferentes de sua condição de humanidade plena, sem hierarquias e graus de humanidade por diferenças de gênero, raça, classe, etnias e território. Durante este curso, você perceberá um esforço em deslocar os olhares sobre a pobreza e a educação.

Serão questionadas visões que depositam as causas da pobreza em supostas incapacidades morais e de trabalho das pessoas pobres, bem como se chamará a atenção para os impactos dessas visões no processo educativo. Além disso, será destacado que a pobreza precisa ser considerada em termos políticos e sociais na gestão, nas práticas educacionais e nos currículos, o que nos exige a consideração das vivências reais dos sujeitos – individuais e coletivos – empobrecidos. Para tal empreitada, é fundamental perceber, antes de tudo, nossa própria posição, ou seja, de onde falamos e o que percebemos a partir desse espaço.

Vídeo - Encerramento (Arroyo) - Módulo Introdutório
https://www.youtube.com/watch?v=HxKaglnZxKc
Entrevista com o autor - Encerramento do módulo

Saiba Mais +

[1] Saiba Mais

(relacionado a conteúdo na p. 06)

Vivências da pobreza

As experiências da ausência de condições materiais, da vida nos limites da sobrevivência, são variadas, complexas e se manifestam de muitas maneiras. A pobreza rural é bastante diferente da urbana, por exemplo. Essas vivências não são passivas, cada uma delas exige estratégias de sobrevivência e de resistência. Para aprofundar a reflexão sobre essas questões, você pode conferir o vídeo Pobreza no Brasil (2012), do programa Caminhos da Reportagem, veiculado na TV Brasil.

Essa produção explora o tema das vivências da pobreza em nosso País, reconhecendo que, apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, a desigualdade social permanece abismal e milhões de brasileiros ainda estão em condições de pobreza e pobreza extrema, condenados a vidas em situação crítica de subsistência - sem moradia digna, água, comida, trabalho.

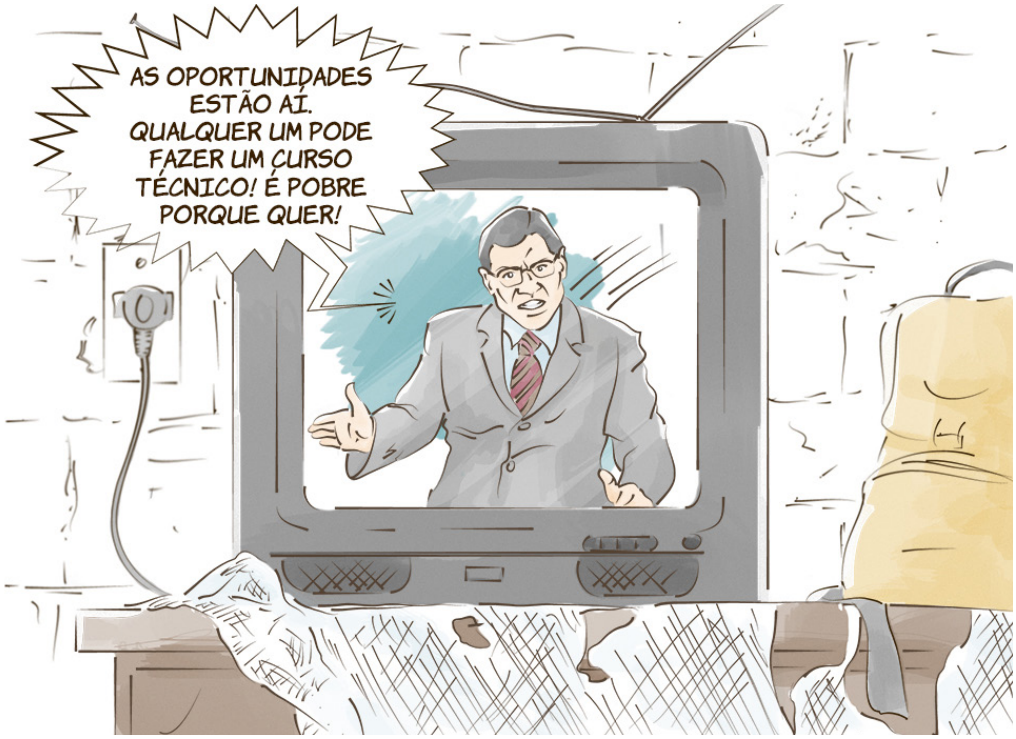
Vídeo - Pobreza no Brasil Caminhos da Reportagem (26/01/2012)
Reportagem Pobreza no Brasil (2012), produzida pela TV Brasil
https://www.youtube.com/watch?v=TkEYL7L4tuI

[2] Saiba Mais

(relacionado a conteúdo na p. 07)

Visões moralistas sobre a pobreza

Difunde-se amplamente pelos meios de comunicação uma compreensão moralista sobre a pobreza que a simplifica e a reduz a hipotéticas ausências de valores, escolhas ruins e atitudes inadequadas dos pobres. Há comentaristas que atuam em redes televisivas e são exemplos bastante ilustrativos dessa visão reducionista, muitas vezes difundida na programação local de canais de TV por todo Brasil.



Fala típica dos programas de televisão que difundem um visão moralista e equivocada sobre a pobreza.

No exemplo ilustrado, ao relacionar a pobreza a uma suposta falta de interesse dos pobres por cursos técnicos gratuitos, o "comentarista" ignora muitos fatores que influenciam a decisão de fazer ou não uma formação desse tipo. Será que há condições materiais para se manter no curso? O emprego e a rotina diária permitem que se realize o curso, seja dentro ou fora do horário de expediente? Há condições de se deslocar até o local?

E os meios de divulgação, alcançam todos? Será que o curso é visto como uma possibilidade real de ascensão social? O diploma de formação garante emprego bem pago e efetiva mobilidade social? Desconsiderar essas questões leva o comentarista a reduzir o problema ao jargão "é pobre porque quer". Nesse sentido, o crescimento individual é tratado meramente como fruto da vontade de cada um, relegando da análise os aspectos objetivos implicados nesse processo.

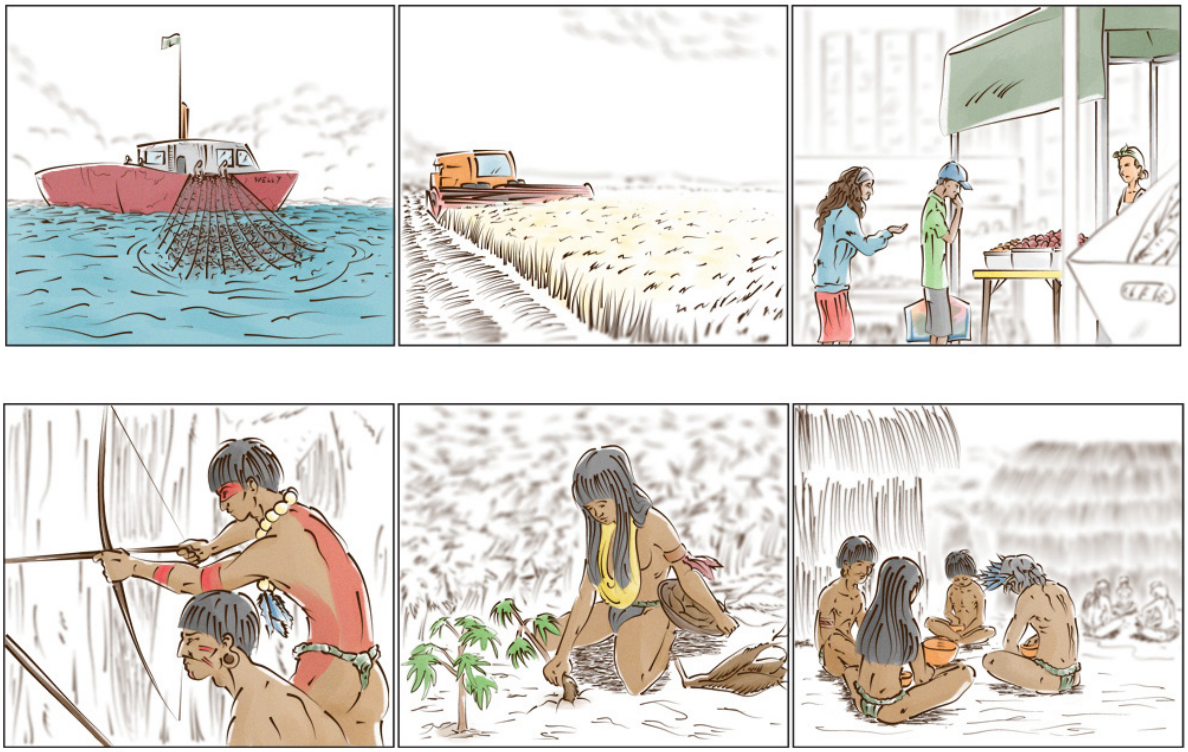
[3] Saiba Mais (relacionado a conteúdo na p. 09)

Mentalidades "primitivas" e "evoluídas" em relação ao trabalho

O próprio conceito do que são mentalidades primitivas ou evoluídas em relação ao trabalho é bastante controverso e problemático. Nossa sociedade, considerada avançada, tem um padrão altamente especializado de organização do trabalho que resulta em uma grande abundância de bens de consumo.

No entanto, esse mesmo modelo exclui parte das pessoas do acesso a bens tão básicos como a alimentação. De outro lado, mentalidades de trabalho vistas como primitivas muitas vezes são mais bem sucedidas na tarefa de distribuir de maneira mais igualitária os bens produzidos. Isso coloca em questão o próprio conceito de mentalidades primitivas, isto é, não afeitas ao trabalho, tão típica das visões moralistas sobre a pobreza.

O "evoluído" versus o "primitivo".



[4] Saiba Mais

(relacionado a conteúdo na p. 11)

O Conceito de Outro

O Outro, nesse caso, não se refere simplesmente a uma outra pessoa – qualquer um que não seja eu mesmo –, da maneira como normalmente empregamos no cotidiano. Na Filosofia e nas Ciências Humanas , em particular na História e na Antropologia, o conceito vem sendo empregado com o intuito de expressar o confronto explícito ou tácito entre duas partes que não compartilham da mesma visão de mundo.

Como exemplo, pode-se citar a chegada dos navegantes portugueses em solo brasileiro, que foi marcada por uma série de estranhamentos, a começar pelo fato de os índios andarem nus e acreditarem em outras entidades cósmicas que não o deus cristão.

Não se trata simplesmente de uma questão de gosto – como quando escolho um sorvete de um sabor e meu amigo de outro –, mas de perspectivas culturais que trazem implicações muito mais profundas como o sentido que cada lado dá para a vida e para a morte, as concepções que têm sobre o que caracteriza o ser humano, o que entendem por belo, bom, mau, etc.

Essa relação de alteridade vai muito além do caso dos indígenas: quando o habitante da cidade caracteriza o do campo como "caipira", "ignorante" e "rude"; quando o residente de áreas nobres caracteriza o da periferia como "maconheiro", "ladrão" e "vagabundo"; quando o sulista caracteriza o nordestino como "preguiçoso". Em todos esses casos, tão diversos entre si, configura-se uma série de estereótipos que são o resultado de um olhar de fora para dentro. Isso porque ao Outro é sistematicamente negado o direito de voz, seja porque não tem acesso objetivo aos meios de difusão de comunicação, seja porque o interesse pelo que tem a dizer é pouco ou nulo.

Quando pensamos que o Outro, aquele que não compartilha de nossa visão de mundo, é culturalmente ou biologicamente atrasado por não aderir às "regras do jogo" aceitas por nós, a tendência é a imposição cultural de nossos valores sobre os deles. Essa hierarquização resulta em violências e arbitrariedades à maneira do que ocorre persistentemente na história do país e das Américas.

[5] Saiba Mais

(relacionado a conteúdo na p. 11)

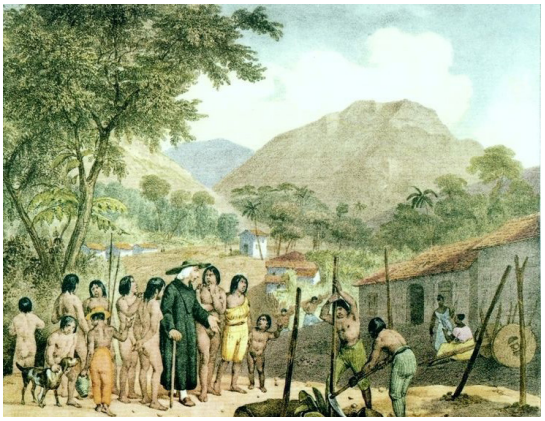
Qual trabalho para quem?

Por que algumas pessoas são consideradas inaptas ao trabalho ou preguiçosas no labor? Por que alguns recebem menos que outros ao exercerem a mesma função? Por que algumas profissões não têm direitos trabalhistas? A seguir, são apresentados alguns textos que ajudam a pensar sobre essas questões.

“Preguiçosos quem, cara pálida?”

Luís Fernando Pereira (2007) reflete sobre como uma visão negativa dos indígenas se constituiu e ainda hoje permanece. A preguiça e a indolência atribuída a eles nada mais é do que a ação desses povos de trabalhar e produzir apenas para o sustento, e não para o mercado.

Acesso ao texto completo pelo link:
http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/preguicoso-quem-cara-palida



Aldeia de índios Tapuios cristianizados. Gravura de Johan Rugendas, cerca de 1820.

“Senzala em extinção?”

Esse breve texto de Aldé Lorenzo (2013) demonstra que as relações escravistas estão arraigadas na compreensão predominante do emprego doméstico. Isso significa que a dinâmica escravocrata, que dominou o país durante boa parte de sua história, ainda persiste nas relações de trabalho. Assim, a aprovação da PEC das Domésticas significou uma forma de ruptura com a senzala.

Acesso ao texto completo pelo link:
http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/senzala-em-extincao

Engenho de açúcar operado pro escravos no Brasil colonial. Gravura de Henrique Costa, 1816.

“População negra no mercado de trabalho”

Por meio de pesquisas realizadas pelo DIEESE e IBGE, o texto de Maria Carolina Aguiar (2003) apresenta uma análise da situação dos negros no mercado de trabalho. Os dados e a análise revelam a perversa desvalorização que enfrentam em comparação aos que não são negros, o que se percebe desde quais empregos lhes são ofertados e disponibilizados até a exclusão no cotidiano de trabalho.

Acesso ao texto completo pelo link:
http://www.comciencia.br/reportagens/negros/05.shtml

Escravos de ganho no Brasil colonial. Gravura de Jean-Baptiste Debret, cerca de 1820.

Decretados inferiores

Na história de nosso país, há muitos casos que demonstram a forma como as elites, sejam coloniais, sejam imperiais, sejam republicanas, produziram o estado de inferioridade social e econômica de diversos povos, desde os que aqui se encontravam antes da vinda dos europeus (os indígenas) aos que foram trazidos como escravos (os africanos).

No Brasil, o indígena foi deixado à margem do desenvolvimento econômico e cultural, mantido em aldeias e reservas, sendo punido ao adentrar o mundo do branco sem a devida adaptação às normas (daí decorre a visão da necessidade de civilização ou mesmo punição dos indígenas para que se enquadrem). O negro, por sua vez, estava anexado aos meios de produção na condição de máquina, destituído de sua humanidade mesmo após o fim da escravidão, quando foi transformado em mão de obra barata ou, inclusive, descartável.

No vídeo a seguir, você poderá observar um caso muito recente de produção da inferiorização dos indígenas. Trata-se de um acontecimento cuja responsabilidade é do Estado brasileiro dos anos de ditadura civil-militar, que vigorou no país a partir de 1964. Ao assistir este vídeo, você conseguirá notar pelo menos duas questões levantadas abaixo.

Vídeo - Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas.
Vídeo produzido pela Agência Pública (2013).
https://www.youtube.com/watch?v=FwSoU3r1O-Q

1. O processo de inferiorização, exclusão e marginalização é constante e continua existindo, não deixou de ocorrer com o fim da escravidão ou com a proclamação da república. Esse processo ocorre de forma mais veemente em regimes que relegam os direitos humanos a um segundo plano em prol da chamada “segurança nacional”, porque detém o aval do próprio Estado sob o manto da legalidade; no caso da ditadura, pelos Atos Institucionais.

2. A violência da cadeia exibida no documentário não foi somente física, mas psicológica e mesmo etnológica. Ou seja, ao mesmo tempo em que a violência estatal constrangia os corpos (física), ela maltratava a mente através do confinamento, da restrição da liberdade de ações e movimentos (psicológica), além de quebrar o elo cultural existente entre os confinados e suas tribos de origem por meio da proibição do uso da língua materna e da mistura de diversas etnias no mesmo espaço (etnológica).

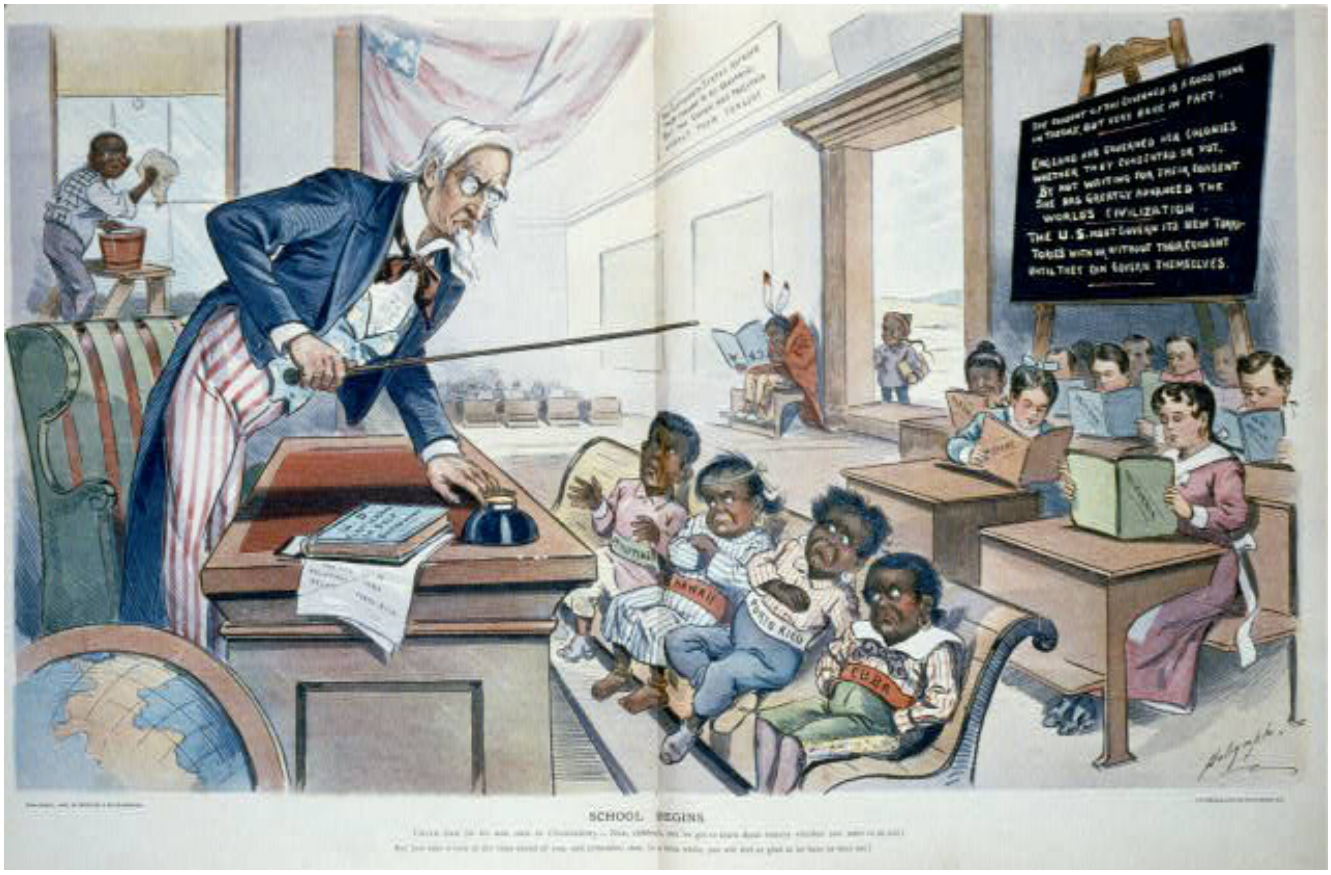
Caso tenha interesse, está disponível o link para a reportagem completa, em que você poderá encontrar mais detalhes sobre esse episódio.

Acesso: http://apublica.org/2013/06/ditadura-criou-cadeias-para-indios-trabalhos-forcados-torturas/

[7] Saiba Mais

(relacionado a conteúdo na p. 17)

Civilização e educação



Tio Sam (para sua nova turma de Civilização): — Agora, crianças, vocês têm de aprender essas lições, querendo ou não! Mas olhem a turma à frente de vocês, e lembrem-se de que, em pouco tempo, vocês vão se sentir agradecidos por estarem aqui, assim como eles estão. Ilustração de Louis Dalrymple (1899) para a revista Puck, nos Estados Unidos.

A questão da educação como um processo civilizador, que pressupõe uma incivilidade dos educandos, também pode ser observada no documentário Escolarizando o mundo - o último fardo do homem branco (2011). Ele trata de demonstrar como a concepção de educação escolar que perpassou os séculos está associada à ideia de superioridade cultural por parte do ocidente.

Vídeo - 19 Escolarizando o mundo 95%
Trecho do filme Escolarizando o Mundo: o último fardo do homem branco (2011).
https://www.youtube.com/watch?v=i6HvIIv2rJM

Durante o período de colonização, a escolarização serviu à garantia de dominação dos brancos e, nos tempos atuais, ainda é predominantemente sinônimo da homogeneização das culturas, com o discurso da globalização e da erradicação da pobreza disfarçando a intenção de educação a serviço da manutenção do sistema econômico. Nesse contexto, o que de mais perturbador esse documentário nos traz é a consciência de que a escolarização nesses moldes tem contribuído para o extermínio das diversidades culturais e para a produção e o agravamento das desigualdades sociais.

Podemos ver parte dessa discussão no trecho do vídeo em que se colocam algumas das questões implicadas no processo de universalização da educação. O discurso da escolarização faz crer na possibilidade de uma "vida melhor" que se pauta no sucesso material, em um modelo baseado na lógica econômica consumista da vida moderna.

Por meio de depoimentos de profissionais envolvidos com a discussão, o vídeo trata do processo de adoção do modo de vida e da cultura urbana e de consumo, considerada a mais desenvolvida e valorizada em relação às culturas tradicionais. Nesse contexto, "educação'' significa a desvalorização dos próprios conhecimentos em detrimento desse conhecimento dominante, o que colabora para elevar a desigualdade social e eliminar a diversidade cultural.

O que a realidade nos mostra, contudo, é que os indivíduos que resolvem seguir essa escolarização, com a promessa de uma melhora de vida, em sua maioria não conseguem concretizar o sonho que se alimentou com esse discurso, tendo de seguir uma vida de subempregos, perdendo todo ou quase todo o contato com sua cultura local, em troca dessa ''vida moderna''. É um discurso de dominação cultural tão arraigado que, muitas vezes, os próprios sujeitos de populações não urbanas entendem-se como ''não educados'', como desprovidos de conhecimentos relevantes.

Indicações de leitura - Os Condenados da Terra e Pedagogia do Oprimido

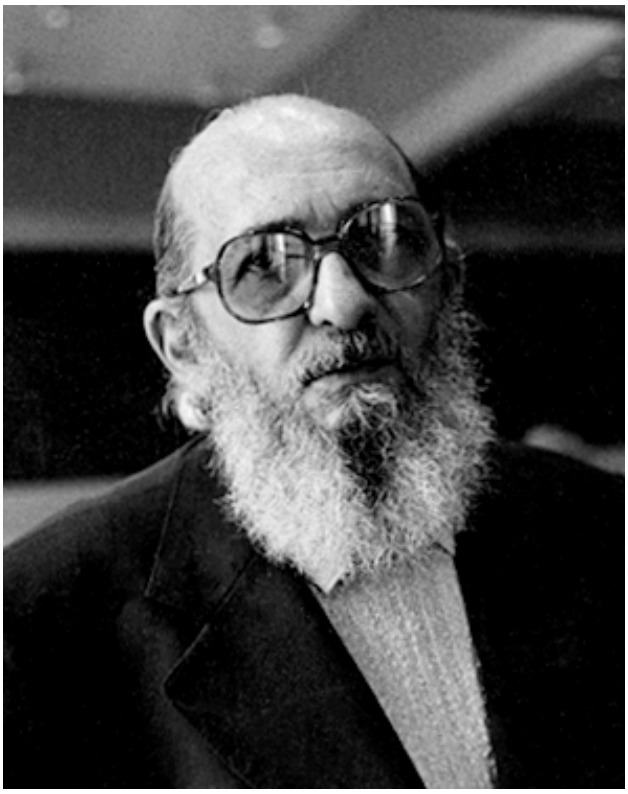
Os Condenados da Terra

Frantz Fanon, psiquiatra e ensaísta de origem franco-africana. Fotografia de Pacha Willka (2012).

Frantz Fanon questiona, nessa obra, o colonialismo europeu. Embora estivesse falando mais especificamente sobre a situação da França e suas colônias em meados do século XX, veja o que Sartre, no prefácio do livro, nos diz sobre a relação entre o colonizador e o colonizado. Será que os pobres, em nossa sociedade, não passam pela mesma "domesticação"?

"Quando domesticamos um membro de nossa espécie, diminuímos o seu rendimento e, por pouco que lhe damos, um homem reduzido à condição de animal doméstico acaba por custar mais do que produz. Por esse motivo os colonos veem-se obrigados a parar a domesticação no meio do caminho: o resultado, nem homem nem animal, é o indígena. Derrotado, subalimentado, doente, amedrontado, mas só até certo ponto, tem ele, seja amarelo, negro ou branco, sempre os mesmos traços de caráter: é um preguiçoso, sonso e ladrão, que vive de nada e só reconhece a força". (SARTRE, 1968, p. 10)

Pedagogia do Oprimido



Paulo Freire, educador brasileiro. Fotografia de Slobodan Dimitrov (1977).

Nesse livro, Paulo Freire trata de uma pedagogia própria dos oprimidos como resistência à opressão – uma resistência ao roubo de sua humanidade.

Seu projeto, no livro, foi: "apresentar alguns aspectos do que nos parece constituir o que viemos chamando de Pedagogia do Oprimido: aquela que tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará". (FREIRE, 1987, p. 17)

Freire chama atenção para o fato de que a condição de opressão e de desumanização não é natural e necessária, e sim algo que pode e deve ser combatido:

"A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que tem sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como 'seres para si', não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma 'ordem' injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos". (FREIRE, 1987, p. 16)

Referências

AGUIAR, Maria Carolina. População negra no mercado de trabalho. Com Ciência. Campinas, nov. 2003. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/negros/creditos.shtml>. Acesso em: 7 de out. 2014.

ALDÉ, Lorenzo. Senzala em extinção? Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, dez. 2013. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/senzala-em-extincao>. Acesso em: 7 de out. 2014.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos. In: SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). Saberes e Incertezas sobre o Currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

_____. Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional. In: ARROYO, Miguel G.; SILVA, MaurícioR. da (Orgs.). Corpo-infância: exercícios tensos de ser crianças; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012.p. 23-54.

_____. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. Educação e Sociedade. Campinas, v.31, n. 113, out-dez 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000400017>. Acesso em: 7 out. 2014.

_____. Imagens quebradas. Petrópolis: Vozes, 2008.

BUTLER, Judith. Corpos que importam. Buenos Aires: Paidos, 2007.

_____. Vida precária. Buenos Aires: Paidos, 2006.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). World Economic Outlook Database. 2014. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/01/weodata/index.aspx>. Acesso em: 5 dez. 2014.

GALEANO, Eduardo. O Livro dos Abraços. Porto Alegre: LP&M, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio.

2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default_sintese.shtm>. Acesso em: 4 dez. 2014.

MOREIRA, Antônio Flávio B.; SILVA, Tomás Tadeu da. Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 1999.

PEREIRA, Luis Fernando. Preguiçoso quem, cara pálida? Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro,set. 2007. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/preguicoso-quem-cara-palida>. Acesso em: 7 de out. 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). A colonialidade do saber: etnocentrismo e ciências sociais – Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RAMOS, Graciliano. Vidas secas. Rio de Janeiro: Record, 2008.

REGO, Walquiria Leao; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: UNESP, 2013.

SANTOS, Boaventurade Sousa; MENEZES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 10.

SHORROCKS, Anthony; DAVIES,James B.; LLUBERAS, Rodrigo. Global Wealth Databook. Zurich (CH): Credit Suisse Research Institute, 2013. Disponível em: <http://www.international-adviser.com/ia/media/Media/Credit-Suisse-Global-Wealth-Databook-2013.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2014.

SILVA, Ana Paula Ferreira da; FREITAS, Marcos Cezar de. Escolarização, trabalho e sociabilidade em "situação de risco": apontamentos para uma antropologia da infância e da juventude sob severa pobreza. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude. São Paulo: Cortez, 2006.

Imagens

ABUD, Jairo. Smile, Rosario, we are investment grade now. 2008. Flickr. 1 fotografia, color., editada. Disponível em:<https://www.flickr.com/photos/jairo_abud/2464683512/>. Acesso em: 2 dez. 2014.

DALRYMPLE, Louis. SchoolBeggins. Revista Puck. v. 44, n. 1142, jan. 1899. Acervo Library of Congress. 1

ilustração. Disponível em: <http://www.loc.gov/pictures/item/2012647459/>. Acesso em: 7 out. 2014.
DEBRET, Jean-Baptiste. Coleta de esmolas para as irmandades. [1820?]. Wikimedia Commons. 1 gravura. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jean-Baptiste_Debret_Coleta_de_esmolas_para_irmandades_(acendedor_de_lampi%C3%B5es).png>.Acesso em: 4 dez. 2014.

DIMITROV, Slobodan. Photo of Paulo Freire. 1977. Wikimedia Commons. 1 fotografia, p&b. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Paulo_Freire.jpg>. Acesso em: 2 dez. 2014.

GOYA, Francisco. La romería de San Isidro. 1823. Wikimedia Commons. 1 pintura (série Pinturas Negras). Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/w/index.php?title=Pinturas_negras&uselang=pt#mediaviewer/File:La_romer%C3%ADa_de_San_Isidro.jpg>. Acesso em: 3 dez. 2014.

GOMES, Laurentino. Engenho de açúcar. 1816. WikimediaCommons. 1 ilustração. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Engenho_de_acucar_1816.jpg>. Acesso em: 4 dez. 2014.

OLIVEIRA, Cristiano. Poverty from afar. 2009. Flickr. 1 fotografia, color. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/olivcris/4373741891>. Acesso em: 27 nov. 2014.

PORTINARI, Cândido. Retirantes. 1944. 1 pintura, óleo sobre tela, 190 x 180 cm (série Retirantes). Disponível em: <http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/2733>. Acesso em: 10 set. 2014.
POZZIBON, Guilherme. Casas no sertão do Rio Grande do Norte. 2014a. 1 fotografia, color.

POZZIBON, Guilherme. Do chão. 2014b. 1 fotografia, color.

POZZIBON, Guilherme. Quilombolas. 2014c. 1 fotografia, color.

QUINO, Joaquín L. Toda Mafalda. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

RUGENDAS, Johann Moritz. Aldea des Tapuyos. [1820?]. Wikimedia Commons. 1 gravura. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rugendas_-_Aldea_des_Tapuyos.jpg>. Acesso em: 4 dez. 2014.

WILLKA, Pacha J. Frantz Fanon. 2012. Wikimedia Commons. 1 fotografia, color. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Frantzfanonpjwproductions.jpg>. Acesso em: 2 dez. 2014.

Vídeos

BREVE história da educação no Brasil. Brasil: UNIVESPTV, 2010. (5 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eTYWvbW8XPw>. Acesso em: 7 out. 2014.

DITADURA criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas. Brasil: Agência Pública, 2013. (15 min). Disponível em: <http://apublica.org/2013/06/ditadura-criou-cadeias-para-indios-trabalhos-

forcados-torturas/>. Acesso em: 7 out. 2014.
É POBRE porque quer. Florianópolis: SBT Santa Catarina, 2012. (3 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qLHdGPE7BPs>. Acesso em: 3 dez. 2014.

ESCOLARIZANDO o mundo: o último fardo do homem branco. Direção: Carol Black. Índia; EUA: Lost people films, 2010. Título original: Schooling the world: the white man's last burden. (65 min). Disponível em: <http://schoolingtheworld.org/>. Acesso em: 2 set. 2014.

POBREZA no Brasil. Brasil: TV Brasil, 2012. (54 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TkEYL7L4tuI>. Acesso em: 7 out. 2014.

PAULO Freire: in memoriam. Brasil: TV PUC São Paulo, 1997. (20 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ny20UdRJpoM>. Acesso em: 7 out. 2014.

Nota: Todas as imagens e vídeos não referenciados foram produzidos pela Equipe de Criação e Desenvolvimento.

Equipe

Ministério da Educação
José Henrique Paim

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Macaé Maria Evaristo dos Santos

Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania
Kleber Gesteira e Matos

Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar
Simone Medeiros

Equipe Técnica
Carlos Vinícius Barbosa
Eliciano Pinheiro da Silva
José Rita Eccard
Mauro Lúcio de Barros

Secretária Técnica
Marcília Delgado

Concepção da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social
Miguel González Arroyo
Clélia Brandão Alvarenga Craveiro
Simone Medeiros
Roseli Zen Cerny
Adir Valdemar Garcia
Jorge Minella

Coordenação Nacional da Iniciativa Educação, Pobreza e Desigualdade Social
Simone Medeiros – SECADI/MEC

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Núcleo Multiprojetos de Tecnologia Educacional – NUTE

Projeto de Criação e Desenvolvimento dos Recursos Didáticos do Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social

Coordenação Geral do Projeto
Roseli Zen Cerny

Vice-Coordenação Geral do Projeto
Adir Valdemar Garcia

Comitê Gestor
Roseli Zen Cerny
Adir Valdemar Garcia
Elizângela Bastos Hassan
Francisco Fernandes Soares Neto
Jorge Minella

Supervisão da Equipe de Criação e Desenvolvimento
Elizângela Bastos Hassan
Francisco Fernandes Soares Neto
Jorge Minella

Autoria dos Materiais
Módulo Introdutório - Pobreza, desigualdades e educação
Miguel González Arroyo

Módulo I - Pobreza e Cidadania
Alessandro Pinzani e Walquíria Leão Rego

Módulo II - Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação
Erasto Fortes

Módulo III - Escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza
Lucia Helena Alvarez Leite

Módulo IV - Pobreza e Currículo: uma complexa articulação
Miguel González Arroyo

Atividade Reflexão-ação
Adir Valdemar Garcia

Equipe Administrativo Financeira
Elizângela Bastos Hassan
Maryna Neves
Claudia Minati

Supervisão de Fluxo de Conteúdos
Wellington Fernandes
Thaís Paiola Camata
Pamela Angst

Equipe de Designers Educacionais
Jorge Minella
Juliana Pereira
Paulo da Costa Pereira
Marcos Luã Almeida de Freitas

Equipe de Vídeo
André Janicas
Guilherme Pozzibon
Lídio Ramalho
Ketryn Alves

Equipe de Hipermída
Thaís Paiola Camata
Pamela Angst
Guilherme Martins
Eduardo Eising
Lais Machado Eing
Bruno Rodrigues
Arthur Moscatelli Amaro

Equipe de Programação
Wellington Fernandes
Francisco Fernandes Soares Neto
Alexandre Aimbiré

Revisão Textual e Ortográfica
Debora Torres
Maria Luisa Rosa Barbosa
Juliana Pereira